



ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ

Porto Barreiro – PR

(em um acampamento de famílias Sem Terra)

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 38 - Março de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista:

Ana Paula de Lima

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Anildo Joaquim da Silva

Isabel Delfina Casimiro e Luís Venâncio

Jucélia Maria do Nascimento

Jucira Moura Vieira da Silva

Juliana Godoi Marques

Leidimar Martins da Rocha Almeida

Leila da Silva Siqueira

Luciana Mendes do Rego

Marlene da Silva

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Rita de Cássia Martins Serafim

Vera Lucia Meneses de Lima Marques

Viviane de Cássia Araujo

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 38 (mar. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 132 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 1 (fev. 2020)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.38

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.38>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Profª. Vilma Maria da Silva

06 Refletindo sobre pessoas... aprendendo com elas

Ana Paula de Lima

07 Tempo

BEATRIZ GONÇALVES DA SILVA – 9ºC

08 A arte

FRANCESCO RODRIGUES MOREIRA - 9ºA

10 ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ

Porto Barreiro-PR

(em um acampamento de famílias Sem Terra)



ARTIGOS

1. SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO NO AMBIENTE DA COMPUTAÇÃO NA NUVEM Anildo Joaquim da Silva	13
2. O PAPEL DOS SINDICATOS E OUTROS ACTORES NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EM ANGOLA Isabel Delfina Casimiro /Luís Venâncio	27
3. EDUCAÇÃO INFANTIL: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA Jucélia Maria do Nascimento	39
4. O BRINCAR E OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL Jucira Moura Vieira da Silva	47
5. A PSICOPEDAGOGIA E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO Juliana Godoi Marques	55
6. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ATUALIDADE Leidimar Martins da Rocha Almeida	63
7. GÊNEROS TEXTUAIS E SEQUÊNCIA DIDÁTICA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL Leila da Silva Siqueira	71
8. PEDAGOGIA HOSPITALAR, UMA PRÁTICA, GARANTINDO O DIREITO A EDUCAÇÃO Luciana Mendes do Rego	81
9. AS CEM LINGUAGENS DA CRIANÇA: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL Marlene da Silva	89
10. CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E COGNITIVO Patrícia Mendes Cavalcante de Souza	97
11. TECNOLOGIAS PARA A APRENDIZAGEM Rita de Cássia Martins Serafim	107
12. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Vera Lucia Meneses de Lima Marques	115
13. AS PRÁTICAS CORPORAIS POR MEIO DA DANÇA E DO TEATRO Viviane de Cássia Araujo	123

APRESENTAÇÃO

Os professores desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional e intelectual de seus alunos, mas também têm um papel importante a desempenhar na pesquisa e publicação de seus estudos. A pesquisa acadêmica é fundamental para avançar o conhecimento em uma determinada área e para aprimorar a qualidade do ensino em geral.

Quando os professores pesquisam e publicam seus estudos, eles contribuem para o avanço do conhecimento em sua área de atuação e ajudam a criar uma cultura de aprendizado contínuo. Ao conduzir pesquisas, os professores têm a oportunidade de aprofundar sua compreensão de tópicos específicos e descobrir novas informações que podem ser aplicadas em suas aulas.

Além disso, a publicação de estudos ajuda a disseminar essas descobertas e contribuições para uma audiência mais ampla, incluindo outros professores, pesquisadores e estudantes. Isso pode levar a novas colaborações e oportunidades de pesquisa, bem como a uma melhor compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelos educadores.

Por fim, a pesquisa e publicação de estudos também pode ser uma fonte de inspiração para os alunos, mostrando-lhes que seus professores estão engajados em aprender continuamente e que valorizam o conhecimento e a descoberta. Isso pode motivar os alunos a se tornarem mais envolvidos em suas próprias pesquisas e estudos, criando assim uma cultura de aprendizado e descoberta contínua.

Nós, da Revista Primeira Evolução, temos orgulho de proporcionar um espaço inclusivo e colaborativo para que os profissionais da educação publiquem seus estudos, pesquisas e experiências. Fazemos isso porque amamos a educação, conhecemos e vivemos a realidade das salas de aulas e nos dedicamos diariamente ao bem-estar e à emancipação do ser humano.

Junte-se a nós. #Junt@sSomosMaisFortes



Profª. Vilma Maria da Silva

Pedagoga, especialista em Educação Especial e Alfabetização.

Coordenadora Editorial da Edições Livro Alternativo

vilmamedrado@gmail.com

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ATUALIDADE

LEIDIMAR MARTINS DA ROCHA ALMEIDA

RESUMO

A presente pesquisa de cunho bibliográfico e análise documental, refere-se à reflexão acerca dos fundamentos da educação integral na atualidade no contexto das propostas didático-metodológicas educativas, por meio da compreensão sobre a sua aplicação na adequação dos currículos de acordo com os dispositivos legais vigentes que norteiam a educação básica. O artigo apresenta como objetivo compreender a organização do currículo no contexto da educação integral, considerando a ressignificação das práticas curriculares. A situação problema apresentada refere-se à questão da dificuldade na implementação da proposta devido à sua complexidade, e torna-se urgente as discussões relativas ao tema, no bojo de atender as mais recentes demandas da sociedade, não havendo mais espaço para o ensino tradicional que desconsidera a múltiplas dimensões do ser humano. Este artigo possui referenciais teóricos mencionados nas pesquisas da temática do currículo, como Freire (1994), Gadotti (2009) e Simonetti (2007). Os estudos apontam para a necessidade da discussão coletiva entre todos os atores da comunidade educativa, a relação intersetorial, o diálogo entre as secretarias de ensino e os profissionais envolvidos no processo educativo, a gestão democrática, a formação continuada, e ressalta a relevância do planejamento para a adequação dos tempos, espaços e materiais necessários para a sua aplicação atendendo às especificidades dos educandos.

Palavras-chave: Educação Integral. Currículo. Didática.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade estamos vivenciando períodos de transformações intensas em diversos aspectos da sociedade, a instituição escolar acompanha tais movimentos e diante ao exposto o objetivo principal deste artigo versa sobre a discussão sobre os fundamentos da consolidação da educação integral no sentido de compreender como ocorre a organização das práticas pedagógicas examinando as diferenças entre a educação em geral e a educação integral, sendo esta evidenciada na perspectiva da possibilidade de desenvolvimento pleno dos estudantes.

A educação integral refere-se ao conceito de que a educação deve garantir o desenvolvimento do sujeito de forma integral nas dimensões físicas, intelectuais, emocionais, sociais e culturais tendo como foco a construção de um projeto coletivo compartilhado por toda a comunidade educativa.

A presente pesquisa justifica-se devido à importância da educação para a construção de uma sociedade democrática e com oportunidade para todos na promoção da igualdade social, assim a educação integral torna-se relevante na observância de que a formação que contempla as diferentes necessidades do sujeito propicia a superação dos obstáculos cotidianos inerentes à vida humana.

A escola é um espaço importante para a sociedade e que por muito tempo praticou um ensino tradicional centrado na função do professor e na transmissão de conhecimentos, nas últimas décadas após intensas discussões e a implementação de diferentes diretrizes legais, a educação vem ganhando notoriedade visando contemplar a formação integral do sujeito.

Para a elaboração deste artigo será realizada a pesquisa bibliográfica com a discussão de diferentes autores como, Freire (1994), Gadotti (2009) e Simonetti (2007), e os pressupostos legais que norteiam as políticas públicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, a Base Nacional Comum Curricular (2018) e o Programa Mais Educação criado pela Portaria Interministerial nº 17/2027 e regulamentado pelo Decreto 7.083/2010.

CONCEITOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Em âmbito nacional, a temática da escolarização em tempo integral é retomada a partir da década de 1990, quando o termo “integral” começa a se fazer mais presente na legislação educacional brasileira, como é o caso do princípio de “proteção integral” defendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O Estatuto considera a educação um direito fundamental da criança e do adolescente e afirma que a garantia da proteção integral, associada às metas de educar e cuidar, como a principal finalidade da educação, tem em vista a construção da cidadania (BRASIL, 1990). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – segue essa orientação e articula os fins da educação à ampliação progressiva da jornada escolar, com ênfase na formação integral dos estudantes (BRASIL, 1996) (BITTENCOURT, 2019, pp. 1761-1762).

O Manual do Programa Mais Educação (2011), define a educação integral como:

A estratégia que promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada a vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

Conforme o Decreto nº 7.083/2010, os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e a convivência familiar e comunitária, e como condição

para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2011, p. 01).

A educação integral, por sua vez, enquanto campo de estudos da ciência da educação e como uma concepção do processo educativo, ao contemplar e visar à integralidade formativa dos sujeitos, conseqüentemente tendo que considerar as realidades, vivências e aprendizagens em toda sua diversidade, recebe grande visibilidade, tanto da sociedade civil quanto de pesquisadores da educação. A proposta da educação integral é superar a fragmentação dos conhecimentos, visando à inovação do pensamento por meio de um desenvolvimento integral, propiciado por meio de uma prática pedagógica integradora dos sujeitos e dos aspectos específicos do tempo histórico, do espaço sócio comunitário em que ele está inserido, de seus entornos e realidades (GADOTTI, 2009).

Em conformidade ao pensamento do autor, verifica-se que a educação integral é uma proposta educativa atual que vai de encontro com as atuais demandas, tendo como objetivo principal a formação de cidadãos críticos, autônomos e responsáveis.

A Base Nacional Comum Curricular (2018), como um importante marco legal orienta a formulação dos currículos nas redes de ensino de todo o país, e afim de garantir a equidade os fundamentos pedagógicos se pautam no compromisso com a educação integral e o respeito as singularidades dos sujeitos.

A educação básica deve visar à formação e o desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitivo) ou a dimensão afetiva. (BNCC, 2018, p.14)

A educação integral possui também a perspectiva inclusiva, pois caracteriza-se pelo reconhecimento das singularidades dos sujeitos, e contempla o projeto educativo que acolha todos os indivíduos.

Promove também a equidade, pois reconhece o direito de todos e todas de aprender e acessar as oportunidades por meio de experiências através de múltiplas linguagens e interações com os recursos, espaços e pessoas, sendo uma importante ferramenta para diminuir as desigualdades sociais que se refletem também no âmbito educativo.

A educação integral deve envolver todos os atores da comunidade educativa, para que a escola assuma assim o seu espaço para assegurar que todos os sujeitos aprendentes tenham direito a formação integral no bojo da articulação das experiências educativas, com intencionalidade pedagógica.

São princípios desta concepção:

- A centralidade dos estudantes: refere-se às dimensões do projeto pedagógico que devem ser construídas coletivamente, acompanhadas permanentemente e serem devidamente orientadas contemplando as áreas de interesses, os objetivos de

aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao futuro dos estudantes.

Para que sejam consideradas as especificidades dos estudantes, ao professor cabe compreender as múltiplas aprendizagens dos educandos, adequando assim as metodologias para que sejam desenvolvidas as ações pertinentes a cada etapa da escolarização.

- **Personalização:** fundamenta-se na ideia de que a proposta integral deve permitir que os educadores atuem como mediadores do processo de aprendizagem, no reconhecimento das demandas dos alunos para que possam criar estratégias que coloquem os estudantes no centro do processo educativo, desenvolvendo assim o seu protagonismo com estratégias personalizadas de ensino.
- **O estudante como sujeito de direitos:** a proposta de educação integral reconhece que as crianças e jovens são sujeitos de direitos, competentes desde o nascimento, criadores de cultura e que são atores sociais com expressão e linguagens específicas, que aprendem por meio das interações.
- **Organização de tempos e espaços:** versa sobre oportunizar os tempos e espaços escolares para a livre criação de suas culturas e o reconhecimento de saberes, fazeres e sentimentos expressados por meio das múltiplas linguagens.
- **O brincar:** a proposta de educação integral considera o brincar como potência criadora da criança, sendo imprescindível no ambiente escolar não apenas como principal metodologia na primeira infância, mas como forma de comunicação e expressão. Aos jovens devem ser respeitadas e dadas às oportunidades para expressão e posicionamento diante aos questionamentos inerentes à vida, às relações e à comunidade. (BRASIL, 2018, p.14)

A educação integral fundamenta-se também na questão da multidimensionalidade, de forma que em todo o processo de ensino-aprendizagem sejam garantidas as interações e as estratégias para o desenvolvimento intelectual, social, emocional, físico e cultural dos estudantes, sendo o desenvolvimento integral o pilar da proposta formativa da educação integral.

Desta forma os conceitos discutidos por meio das diferentes áreas do conhecimento do currículo se articulam com os saberes de todos os envolvidos no processo educativo, compondo assim diferentes experiências formativas no tocante ao desenvolvimento das relações, das emoções e dos códigos socioculturais.

A Base Nacional Comum Curricular (2018) apresenta em seu texto introdutório a Educação Integral como proposta formativa para todos os segmentos escolares, sendo que esta deve embasar-se nas ações com as competências gerais para a educação básica, no sentido de construir conhecimentos, habilidades, comportamentos, atitudes e valores.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2018, p.8)

Por meio das dez competências gerais, a BNCC contempla a construção de conhecimentos, refere-se à transposição didática no tocante aos conhecimentos adquiridos e sua aplicação prática na relação entre a escola e a vida cotidiana.

De tal forma, a educação integral nesta perspectiva vai muito além do desenvolvimento intelectual que era evidenciado no ensino tradicional, ela abarca a multidimensionalidade humana, e é propulsora de vivências e experiências que promovem o desenvolvimento humano de forma integral.

Questões relativas à gestão escolar, a relação com a comunidade e com o território, a rede de apoio intersetorial envolvida no processo educativo, a formação de educadores e estratégias de avaliação são elementos importantes na perspectiva da multidimensionalidade da proposta de educação integral.

Para que isso ocorra faz-se necessário estabelecer um currículo que inclui o acesso aos estudantes a todas as áreas do conhecimento de forma integrada, desconsiderando assim a fragmentação das disciplinas.

Segundo Simonetti, 2007:

Entender a intervenção didática significa situar a sala de aula como um microsistema visto de forma dinâmica e conectada com o planejamento, a ação e a avaliação do processo didático. A análise da prática educativa servirá como alicerce para o sucesso da intervenção pedagógica que vai mostrar a eficácia do ensino e da aprendizagem, sobretudo quando a professora assume o compromisso de realizar com competência seu ofício, visando atingir os objetivos didáticos e compreendendo como as aprendizagens se produzem (SIMONETTI, 2007, p.57).

Na perspectiva da educação integral, são estabelecidas as expectativas de aprendizagem para todos os alunos, são ofertados os instrumentos para que todos possam aprender e se desenvolver integralmente de acordo com as suas especificidades, compreendendo assim que todos possuem capacidade de aprender, ressaltando a importância do acompanhamento do professor e da elaboração de planejamentos condizentes com as características dos estudantes.

A proposta de educação integral contempla o respeito às diferenças, sejam elas características de deficiências, de origem étnica- racial, de gênero, condições econômicas, religiosas ou qualquer outro fator.

Propõe-se com esta perspectiva, reconhecer e abolir quaisquer barreiras impeditivas sejam elas arquitetônicas, culturais, políticas, sociais, para que todos os espaços educativos sejam realmente inclusivos, garantido assim o acesso e permanência a todos na forma da lei.

A gestão democrática no que tange à educação integral é de suma importância para que sejam garantidos os direitos de aprendizagem aos estudantes, devendo estar prevista na forma da lei no projeto político pedagógico de todas as unidades de ensino por meio do acompanhamento e da participação de toda a comunidade educativa.

O conceito de educação integral parte da ideia do desenvolvimento integral do sujeito que ocorre desde o seu nascimento até o final de sua vida por meio das interações e experiências nos diferentes espaços. Desta forma quanto mais elaborada ocorrerem estas relações maiores as possibilidades de desenvolvimento dos sujeitos nos aspectos sociais e culturais e sua inserção social.

Para que tais processos ocorram, a instituição escolar deve organizar diferentes tempos e espaços de aprendizagem para garantir a qualidade e a diversificação de interação entre os pares.

Segundo Freire, 1994:

O espaço retrata a relação pedagógica. Nele é que nosso conviver vai sendo registrado, marcando nossas descobertas, nosso crescimento, nossas dúvidas. O espaço é o retrato da relação pedagógica porque registra, concretamente, através da sua arrumação [...] e organização [...] a nossa maneira de viver esta relação (FREIRE, 1994, p.96)

Assim, a educação integral demanda a ampliação do tempo de permanência dos estudantes no espaço escolar, sendo que este deve ser planejado com intencionalidade pedagógica para a ampliação da jornada para o tempo integral.

Em conformidade ao exposto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, destaca a relevância do aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral, a integralidade do processo ensino/aprendizagem torna-se palpável à proporção que adquira a competência de cooperar com o currículo da escola no atendimento às necessidades dos alunos, dos professores e dos demais elementos da comunidade escolar, estimulando e orientando a comunidade no desenvolvimento da capacidade de selecionar e avaliar, numa prática crítica-reflexiva de pensamento. (BRASIL, LDB, 9394/96, art. 34, § 2º)

Com a ampliação da jornada, verifica-se a necessidade de organização do tempo de aula, da reorganização das práticas pedagógicas, tendo como base os projetos, as experimentações, a diversidade na organização dos grupos para que sejam promovidas as interações.

Todas as mudanças necessárias para a implementação da educação integral devem ser previstas no projeto político pedagógico da instituição, por meio da construção coletiva no envolvimento de todos os atores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente pesquisa foi possível concluir que, a educação integral é caracterizada por um conjunto de processos com grande potencial educativo que deve contemplar todas as dimensões do indivíduo, não havendo foco apenas nas disciplinas e conteúdos específicos.

A escola é um importante espaço que ao longo das décadas manteve-se em um postura tradicional com finalidades inerentes à formação dos estudantes, nas últimas

décadas na perspectiva mundial, ampliaram-se os estudos acerca da neurociência visando compreender como o sujeito aprende.

A importância das relações sociais e as formas de interação com o outro, com o espaço e consigo mesmo ganharam grande destaque e na atualidade são premissas dos mais recentes marcos legais que norteiam a educação.

Desta forma, a educação integral é uma ferramenta importante para a aquisição de habilidades necessárias ao desenvolvimento integral dos estudantes, pois como visto nesta análise possibilita o planejamento intencional das práticas pedagógicas com a adequação curricular, a organização de espaços, tempos, recursos, agrupamentos, prevê a gestão democrática, viabiliza as práticas inclusivas, e ressalta o protagonismo dos educandos.

A educação integral relaciona-se diretamente com a necessidade de ampliação do tempo de permanência dos estudantes e com a adequação dos espaços de aprendizagens, demandando assim uma grande reorganização das redes para a sua aplicabilidade.

A educação integral como proposta formativa pode ser estruturada por meio da revisão dos currículos das redes municipais e estaduais, para que estejam em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um eixo norteador para as práticas educativas.

Conclui-se, portanto que a educação integral é contemporânea, e desta forma atende as necessidades inerentes à sociedade atual, pois amplia as possibilidades de interações sociais e considera as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, destaca o caráter da inclusão, pois considera as diversas formas de aprender e respeita as especificidades humanas.

Porém, para que ela seja aplicada na prática é necessário o esforço coletivo, com a participação da sociedade em geral, em prol da sua implementação, é recomendada a abertura ao diálogo, com a realização de debates e reuniões periódicas envolvendo secretarias, gestores, professores, estudantes e famílias, possibilitando assim que cada escola tenha autonomia para realizar as suas escolhas e adaptar-se frente às necessidades específicas de seus territórios.

Nesse sentido conclui-se que é fundamental um modelo de gestão que utilize os recursos de maneira apropriada, possibilitando a adequação da proposta pedagógica, o que demanda contínua orientação, formação e acompanhamento permanente de todos os envolvidos no processo educativo.

Ao considerar a educação integral a instituição escolar oferta possibilidades aos alunos para que possam atingir seus objetivos de forma crítica a fim de transpor as dificuldades e se tornarem resilientes impactando diretamente na mudança da sociedade, a escola passa a ser, portanto mais atrativa e prazerosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 05 de mar. de 2023.

_____. **Lei 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 de mar. De 2023.

_____. **Manual do Programa Mais Educação**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf. Acesso em: 20 de fev. de 2023. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

BITTENCOURT, J. Educação integral no contexto da BNCC. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1759-1780, 2019.

FRAGO, A. V. ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad.: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREIRE, M. Rotinas: construção do tempo na relação pedagógica. **Cadernos de Reflexão**. São Paulo, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 6ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir, 2009. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire

SIMONETTI, Amália. O Desafio de Alfabetizar e Letrar. Fortaleza: Editora IMEPH, 2007.

Leidimar Martins da Rocha Almeida

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Guarulhos, UNG, SP, Brasil;

Professora da Secretaria Municipal de Educação, SME da Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

UÇÃO

Revista n. 37 Maio 2023
ISSN 2675-2573

Revista **a EVOLUÇÃO** n. 38 Maio 2023
ISSN 2675-2573



ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ
Porto Barreiro – PR
(em um acampamento de famílias Sem Terra)

www.primeiraevolucao.com.br

ABEC BRASIL, OJS / PKP, CiteFactor, Google Acadêmico

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Anildo Joaquim da Silva
Isabel Delfina Casimiro e Luís Venâncio
Jucélia Maria do Nascimento
Jucira Moura Vieira da Silva
Juliana Godoi Marques
Leidimar Martins da Rocha Almeida
Leila da Silva Siqueira
Luciana Mendes do Rego
Marlene da Silva
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Rita de Cássia Martins Serafim
Vera Lucia Meneses de Lima Marques
Viviane de Cássia Araujo



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.38>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

